

Estudo histórico da produção científica do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) no Paraná

Evaluation of Scientific Production carried out by the Paraná State Research Program for Brazil's Unified Healthcare System, PPSUS

Priscila Antunes Tsupal¹, Nilceu Jacob Deitos²

1. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7686-6340>. Coordenadora do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) do Estado do Paraná na Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Doutorado em Medicina e Interna e Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Fundação Araucária, Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail: ptsupal@gmail.com

2. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3200-3113>. Gerente de Projetos da Fundação Araucária de Apoio Científico e Tecnológico do Paraná. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Fundação Araucária, Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail: nilceu_deitos@fundacaoaraucaria.org.br

CONTATO: Autor correspondente: Priscila Antunes Tsupal | Endereço: Av. Comendador Franco 1341, Jardim Botânico, Curitiba, Paraná, CEP: 82590-300 | Telefone: (41) 99208-0188 | E-mail: ptsupal@gmail.com

RESUMO

Avaliação histórica da produção científica do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: Gestão Compartilhada em Saúde executados no Paraná entre 2004 e 2016. Estudo de caráter descritivo, a partir da análise documental de 262 relatórios técnicos, por meio de Análise Exploratória de Dados. Em quase duas décadas, o Estado investiu R\$ 16.970.645 em projetos de pesquisa em saúde. Possibilitou a formação e qualificação de 22 pós-doutores, 111 doutores e 274 mestres, a produção de 61 Trabalhos de

Conclusão de Curso de Especialização, 236 de Conclusão de Curso de Graduação e 612 Projetos de Iniciação Científica. Tornou possível a publicação de 1.431 resumos em anais, 03 livros, 35 capítulos de livros, 568 artigos científicos e o depósito de 08 patentes registradas. 90,80% dos projetos foram totalmente executados, 9,20% parcialmente e 6,90% tiveram aplicabilidade. Essa ação supõe um novo olhar retrospectivo e avaliativo dos projetos que não apresentaram aplicabilidade.

DESCRITORES: Sistema Único de Saúde. Organização Mundial da Saúde. Política de Saúde. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

ABSTRACT

Evaluation of Scientific production by Brazil's Unified Health System Research Program: Shared Health Management, carried out in Paraná from 2004 to 2016. A descriptive study, based on exploratory statistical analysis of 262 technical reports. The State of Paraná has invested BRL 16,970,645 in health research projects over the course of nearly two decades, funding which made possible the training and qualification of 22 post-doctoral, 111 doctoral and 274 masters-degree candidates, production of 61 Specialization Course Graduation Papers, 236 Undergraduate Degree Papers and 612 Initial Research Projects. The funding resulted in publication of three books, 35 book chapters and 1431 abstracts in the various fields, in addition to 568 scientific articles and filings for eight patents. Of these projects, 90.80% were fully completed, 9.20% partially fulfilled and another 6.90% found some application. Our current paper is a novel and evaluative re-examination of projects that were not deemed applicable.

DESCRIPTORS: Unified Health System. World Health Organization. Health Policy. National Science, Technology and Innovation Policy.

INTRODUÇÃO

O Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) foi criado em 2004 pelo Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos estratégicos (SCTIE)¹⁻⁴. O PPSUS é uma iniciativa de descentralização do fomento à pesquisa em saúde que prioriza a gestão compartilhada de ações, por meio da parceria entre instâncias estaduais de saúde e de ciência e tecnologia – C&T, financiando pesquisas em temas prioritários de saúde, capazes de dar resposta aos principais problemas de saúde da população, que necessitam do conhecimento científico para sua resolução.

Visa a atender às peculiaridades e especificidades de cada Unidade da Federação (UF) brasileira, tendo como objetivos: (1) financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população; (2) contribuir para a redução das desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde; e (3) promover a aproximação dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia locais.

Envolve parcerias no âmbito federal e estadual. No âmbito federal, participam o MS, por meio do Decit, que é o coordenador nacional do Programa, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que é a instituição responsável pelo gerenciamento administrativo do PPSUS em nível nacional. Na esfera estadual, estão envolvidas as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES). As FAPs são os agentes executores do Programa PPSUS em cada UF e devem atuar em parceria com as SES.

Para operacionalização do Programa, parte dos recursos financeiros são transferidos do MS ao CNPq, que, por sua vez, repassa esses recursos às Fundações de Amparo à Pesquisa do País. Outra parte dos recursos aplicados no Programa é oriunda das próprias Fundações. No caso do Paraná, os recursos disponibilizados seguem a proporcionalidade de 60% de recursos Federais e 40% de recursos Estaduais.

Essas Fundações são os agentes executores do Programa em cada Estado. Cabe a elas, em parceria com as respectivas SES, lançar os Editais ou Chamadas Públicas para seleção de projetos de pesquisa em temas considerados relevantes para o sistema local de saúde e em consonância com as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, do MS.

O desenvolvimento do PPSUS envolve oito etapas distintas: (1) realização de Oficinas para seleção das prioridades de pesquisa em saúde; (2) elaboração e

publicação da Chamada Pública; (3) submissão e enquadramento das propostas; (4) avaliação *ad hoc*; (5) análise pela Comissão de Especialistas; (6) aprovação final pelo Comitê Gestor; (7) acompanhamento e avaliação das pesquisas; e (8) Seminários de Avaliação Parcial e Final.

Essas etapas vão se aprimorando a cada reedição do Programa, o que aconteceu em 2019 e 2020 com a inserção de mais duas etapas no processo avaliativo. Em 2019, foi introduzido o Procedimento Operacional Padrão/POP/CGFPS, com o objetivo de promover nos Estados da Federação o *Seminário Marco Zero* no âmbito do PPSUS, promovendo a articulação do pesquisador com gestores e técnicos das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAP), discutindo possíveis ajustes metodológicos necessários nas pesquisas aprovadas e no âmbito das Chamadas Públicas antes do início da execução dos projetos, de modo a potencializar a importância da incorporação dos resultados das pesquisas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2020, foi introduzida a Comissão de Avaliação Presencial (CAP), que representa a última fase de avaliação dos méritos Técnico-Científicos e de Relevância socio sanitária dos projetos pré-selecionados. Tem como objetivo avaliar a capacidade dos projetos e proponentes de projetos em agregar as recomendações da Comissão de Especialistas em relação ao desenho metodológico, orçamentário, potencial de aplicabilidade e incorporação dos resultados e relevância socio sanitária, dos projetos submetidos ao Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde⁵.

Ao final de cada pesquisa, os coordenadores/pesquisadores enviam às FAPs o Relatório Técnico Final (RTF) com a devida prestação de contas financeira e informações pertinentes à execução da pesquisa em questão.

No Paraná, a Fundação Araucária de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (FA)⁷ tem atuado neste Programa, com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, focando no fomento de bons projetos que atendam às peculiaridades, especificidades e necessidades de saúde, promovendo pesquisas para a melhoria das condições de vida da população paranaense.

Desde 2004, a Fundação Araucária, juntamente com o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde e envolvendo o Estado do Paraná, com os apoios das Secretarias de Estado de Saúde (SESA) e da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem construído uma

trajetória muito expressiva na participação do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS).

Para a Fundação Araucária, o Programa PPSUS configura-se como o mais antigo e um dos mais consolidados dos últimos anos. É um Programa com uma estrutura de avaliação de projetos muito bem elaborada, extremamente eficiente e que vem melhorando, e demonstrando bons resultados, a cada nova edição.

Nessa trajetória histórica que se aproxima de quase duas décadas, a Fundação Araucária lançou nove Chamadas Públicas do PPSUS, de 2004 a 2020, contabilizando mais de 300 projetos aprovados. Com relação à última Chamada Pública (CP 01/2020), grande parte dos projetos estão ainda na fase de implantação.

Por iniciativa da Fundação Araucária, e percebendo a necessidade de verificar quantos dos projetos concluídos têm contribuído para a qualidade de vida da população paranaense, verificou-se que, concluídos os projetos, os pesquisadores apresentavam seus Relatórios Técnicos Finais (RTF), após as devidas avaliações de prestação de contas à FA, registrando o adequado uso dos recursos repassados. Esta etapa, embora necessária, não se configura como uma situação conclusiva. Obviamente, os recursos repassados para a pesquisa supõem retorno por meio da aplicação dos bons resultados obtidos. Essa situação gerou uma preocupação e inquietude por parte da FA, no sentido de melhor visualizar os resultados obtidos no transcorrer da realização dos bons projetos aprovados e executados.

Nesse sentido, a Fundação Araucária iniciou, em 2021, o desenvolvimento de uma metodologia investigativa e inédita, contemplando o universo dos projetos fomentados no PPSUS, com o objetivo de verificar o quanto os resultados tiveram aplicação no Sistema Único de Saúde, tomando o Estado do Paraná como recorte de análise.

Além da verificação, o objetivo é articular uma relação entre os pesquisadores paranaenses e o Sistema de Saúde do Estado, a Escola de Saúde Pública do Estado do Paraná (ESPR) e a Secretaria de Estado de Saúde (SESA), com o foco de tornar aplicáveis tantas produções científicas que no decorrer se construíram no Programa.

A iniciativa tem como foco olhar para essa dimensão da aplicação da pesquisa, articulando estratégias para que se vislumbre a possibilidade de intensificação e maior incorporação dos resultados obtidos dessas pesquisas e que está disponível a toda a população do Estado e do País.

Isso se configura como um princípio elementar e ético do uso do recurso público. Essa ação já deveria ter sido realizada, propiciando uma etapa que possibilite o aprimoramento do Programa PPSUS, melhorando a qualidade de vida e de saúde

de toda a população paranaense. E que vidas sejam salvas por meio daquilo que a ciência já fez e continua fazendo. A gestão de todos os partícipes tem o compromisso primordial em tornar a ciência acessível.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo principal analisar historicamente a produção científica dos projetos de pesquisa executados no Estado do Paraná do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS), verificando as instituições participantes, as grandes áreas e áreas do conhecimento, os investimentos de cada Chamada Pública, as produções científicas e publicações (artigos publicados, livros, capítulos de livros e resumos em eventos científicos e patentes) e a formação de recursos humanos (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, TCC Especialização, TCC Graduação e Iniciação Científica), além das estratégias de aplicação e de incorporação dos resultados alcançados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, a partir de uma análise documental dos projetos de pesquisa aprovados e contratados pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, executados no Estado, por meio das análises dos Relatórios Técnicos Finais (RTF). O caráter exploratório baseia-se na análise das informações que constam nos relatórios finais de cada projeto executado.

O estudo foi realizado nos arquivos da Fundação Araucária e Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), analisando os RTFs arquivados de forma impressa e virtualmente nas plataformas de Pesquisa do Estado do Paraná: SIGESP⁶ e SIG ARAUCARIA⁶.

De 2004 a 2020, a Fundação Araucária lançou 09 (nove) Chamadas Públicas (CP) referentes ao Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS), uma parceria da Fundação Araucária-PR, Secretaria de Estado de Saúde (SESA-PR), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde (MS). Foram elas: CP 07/2004; CP 06/2005; CP 25/2006; CP 08/2009; CP 08/2010; CP 04/2012; CP 04/2013, CP 01/2016; e CP 11/2020. Esta última CP não foi incluída neste estudo,

pois se encontra em execução de coleta e análise de dados, com previsão de finalização e entrega dos RTFs a partir de 2023.

Neste estudo, portanto, foram analisadas apenas as 08 (oito) Chamadas Públicas (CP) anteriores a 2020 e seus respectivos Relatórios Técnicos Finais (RTFs). Foram analisadas as seguintes variáveis que constituíram os aspectos analisados dos Relatórios: instituições participantes, grande área e área do conhecimento, investimentos, produções científicas e publicações (artigos publicados, livros, capítulos de livros e resumos em eventos científicos), patentes, formação de recursos humanos (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, TCC Especialização, TCC Graduação e Iniciação Científica) e as estratégias de aplicação e de incorporação dos resultados alcançados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná.

Para a extração das informações contidas nos RTFs, foi utilizado o software Microsoft Excel para análise estatística exploratória dos dados quantitativos. Por se tratar de uma pesquisa em base de dados, sem envolver uma abordagem direta a seres humanos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Cabe ressaltar que essa demanda é de interesse tanto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná quanto da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), da Secretaria de Estado de Saúde (SESA), do Governo do Estado do Paraná, bem como do Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE).

A motivação deste estudo está vinculada ao desafio de promover um levantamento inédito do Programa PPSUS no Estado, projetando o desenvolvimento de uma metodologia que contribua no levantamento de dados quantitativos e qualitativos de mais Programas de fomento à pesquisa por parte da Fundação Araucária.

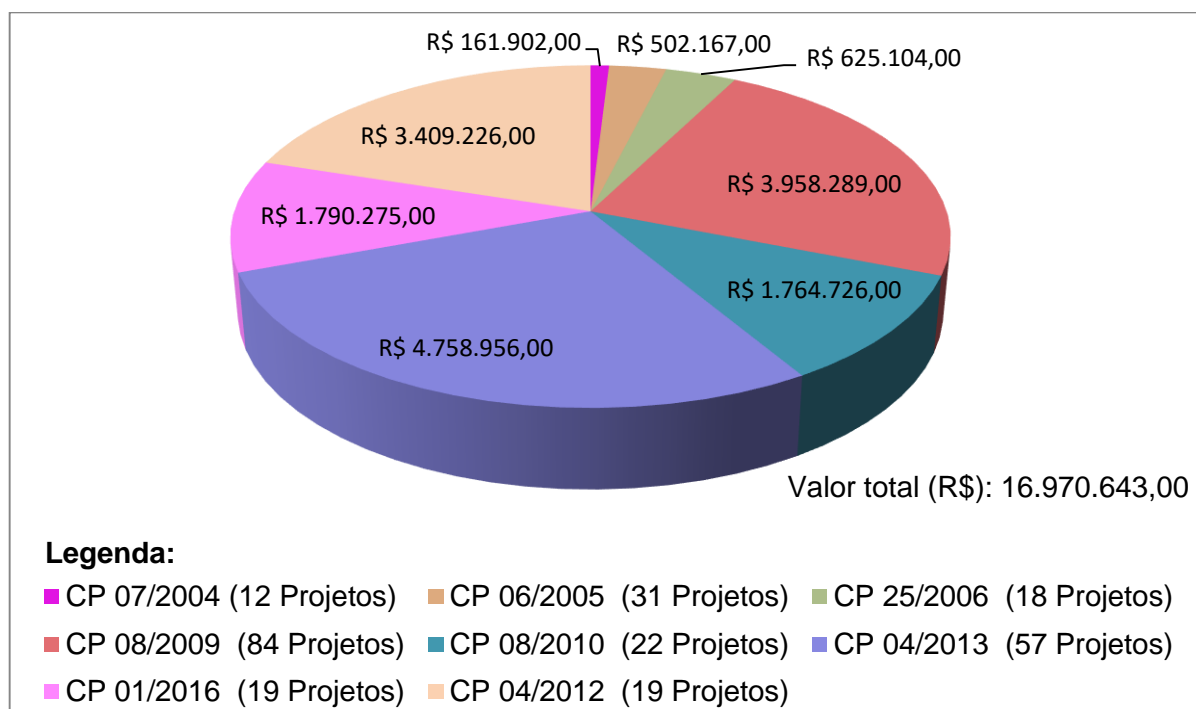
RESULTADOS

Da CP 07/2004, foram aprovados 13 projetos, 12 contratados e 01 cancelado, perfazendo 12 RTFs analisados; da CP 06/2005, foram aprovados 32 projetos, 31 contratados e 01 cancelado, perfazendo 31 RTFs analisados; da CP 25/2006, foram aprovados e contratados 23 projetos, sendo que apenas 18 RTFs foram analisados (05 RTFs não foram entregues à Fundação Araucária por seus respectivos

coordenadores); da CP 08/2009, foram aprovados e contratados 84 projetos, perfazendo 84 RTFs analisados; da CP 08/2010, foram aprovados e contratados 22 projetos, perfazendo 22 RTFs analisados; da CP 04/2012, foram aprovados e contratados 19 projetos, perfazendo 19 RTFs analisados; da CP 04/2013, foram aprovados e contratados 57 projetos, perfazendo 57 RTFs analisados; da CP 01/2016, foram 51 projetos aprovados e contratados, sendo que, até o momento, apenas 19 RTFs foram incluídos no estudo, pois o Convênio referente a esta Chamada foi prorrogado até fevereiro de 2022.

De 2004 a 2016, foram aplicados R\$ 16.970.645 em recursos nas Chamadas Públicas PPSUS no Estado do Paraná (Gráfico 1). O mesmo foi observado no estudo realizado em 2011, em que os recursos investidos no Programa PPSUS no Estado de São Paulo dobraram da primeira edição para a última, atingindo a marca de mais de 80 milhões de reais, acompanhando um aumento no número de projetos financiados⁷.

Gráfico 1. Quantitativo de Projetos e Valores por Chamada Pública



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na Tabela 1, observam-se as Instituições participantes no Programa PPSUS Paraná e seus respectivos números de projetos e valores recebidos. Das Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná, a que mais se destacou em termos de quantidade de propostas submetidas e aprovadas e recursos financeiros investidos

foi a Universidade Estadual de Londrina (UEL), com 66 projetos aprovados com um total de R\$ 4.554.767. Em segundo lugar, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), com 62 projetos e R\$ 3.219.481, seguida da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com 53 projetos aprovados e R\$ 3.625.947 de recursos recebidos. Essa mesma prevalência se mostrou no estudo de 2016, quando observado o mesmo destaque para projetos financiados pelas Universidades Estadual de Londrina (26,47%) e Federal do Paraná (19,91%) num estudo sobre contribuições para a ciência, tecnologia e inovação em saúde no estado do Paraná⁸.

Tabela 1. Quantitativo de Projetos e Valores por Instituição

Instituições	N. Projetos	%	Valores (R\$)	%
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	66	25,19%	4.554.767	26,84%
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	62	23,66%	3.219.481	18,97%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	53	20,23%	3.625.947	21,37%
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	14	5,34%	1.152.073	6,79%
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	14	5,34%	723.991	4,27%
Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP)	13	4,96%	1.262.966	7,44%
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	12	4,58%	601.088	3,54%
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	9	3,44%	514.094	3,03%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	9	3,44%	480.828	2,83%
Hospital Pequeno Príncipe (HPP)	3	1,15%	238.667	1,41%
Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI)	3	1,15%	333.319	1,96%
Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer do Paraná (ANPCC)	2	0,76%	103.775	0,61%
Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI)	1	0,38%	42.933	0,25%
Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)	1	0,38%	116.717	0,69%
Total Geral	262	100,00%	16.970.646	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A Tabela 2 apresenta o quantitativo de projetos e valores por Chamada Pública, Grande Área de Conhecimento e Área de Conhecimento dos projetos PPSUS Paraná. A grande área de Ciências da Saúde foi a que mais deteve propostas com 176 projetos, seguida da grande área de Ciências Biológicas, com 58 propostas aprovadas. A grande área de Ciências Sociais Aplicadas foi a que menos recebeu proposta, com apenas 01 projeto submetido. Na grande área de Ciências da Saúde, a área que mais recebeu proposta foi a de Farmácia, com 59 projetos aprovados (R\$ 3.870.836), seguida da Medicina, com 35 (R\$2.829.502), Saúde Coletiva, com 28 (R\$ 1.751.733) e Enfermagem, com 27 (R\$ 1.342.720). Já na grande área das Ciências Biológicas, a área de conhecimento de maior interesse foi a de Microbiologia, com 19 (R\$ 1.642.095), seguida da Parasitologia, com 10 (R\$ 461.214), Genética, com 09 (R\$ 580.511) e Imunologia, com 08 (R\$ 8.792.617). Observa-se que a área da Imunologia, mesmo com menor número de projetos, foi a área que recebeu maior aporte financeiro durante os últimos anos. De todas as áreas, a Ecologia foi a que recebeu o menor repasse financeiro (R\$ 11.543,00), com apenas um projeto aprovado.

Tabela 2. Quantitativo de Projetos e Valores por Chamada Pública, Grande Área de Conhecimento e Área de Conhecimento

Grande Área e Área do Conhecimento	Nº	Valores (R\$)	%
CP 01/2016	19	1.790.276	10,55%
Ciências Biológicas	9	1.213.282	67,77%
Imunologia	2	468.538	38,62%
Fisiologia	2	218.889	18,04%
Genética	1	176.250	14,53%
Microbiologia	1	175.236	14,44%
Bioquímica	1	47.050	3,88%
Parasitologia	1	82.976	6,84%
Farmacologia	1	44.343	3,65%
Ciências da Saúde	10	576.994	32,23%
Medicina	3	305.329	52,92%
Farmácia	3	139.780	24,23%
Saúde Coletiva	3	122.677	21,26%
Odontologia	1	9.208	1,60%

CP 04/2013	57	4.758.957	28,04%
Ciências da Saúde	38	3.225.195	67,77%
Farmácia	12	1.433.518	44,45%
Medicina	9	851.886	26,41%
Fisioterapia	3	361.097	11,20%
Saúde Coletiva	7	347.433	10,77%
Nutrição	2	92.246	2,86%
Educação Física	2	79.915	2,48%
Enfermagem	2	43.200	1,34%
Fonoaudiologia	1	15.900	0,49%
Ciências Biológicas	12	881.133	18,52%
Microbiologia	5	473.367	53,72%
Genética	2	132.517	15,04%
Imunologia	2	128.710	14,61%
Parasitologia	2	98.759	11,21%
Bioquímica	1	47.780	5,42%
Ciências Exatas e da Terra	4	294.046	6,18%
Ciência da Computação	2	147.597	50,20%
Química	1	130.512	44,38%
Matemática	1	15.937	5,42%
Engenharias	2	217.843	4,58%
Engenharia Sanitária	1	161.583	74,17%
Engenharia Biomédica	1	56.260	25,83%
Ciências Agrárias	1	140.740	2,96%
Medicina Veterinária	1	140.740	100,00%
CP 06/2005	31	502.169	2,96%
Ciências da Saúde	16	257.628	51,30%
Farmácia	7	138.233	53,66%
Enfermagem	3	42.915	16,66%
Odontologia	3	37.957	14,73%
Medicina	2	26.013	10,10%
Saúde Coletiva	1	12.510	4,86%
Ciências Biológicas	8	138.064	27,49%

Microbiologia	2	40.000	28,97%
Parasitologia	2	25.030	18,13%
Morfologia	1	20.000	14,49%
Bioquímica	1	19.998	14,48%
Genética	1	19.505	14,13%
Farmacologia	1	13.531	9,80%
Ciências Agrárias	6	103.977	20,71%
Medicina Veterinária	6	103.977	100,00%
Ciências Humanas	1	2.500	0,50%
Psicologia	1	2.500	100,00%
CP 07/2004	12	161.902	0,95%
Ciências da Saúde	8	92.570	57,18%
Medicina	4	53.491	57,78%
Farmácia	1	19.945	21,55%
Saúde Coletiva	1	10.260	11,08%
Enfermagem	2	8.874	9,59%
Ciências Biológicas	4	69.332	42,82%
Microbiologia	1	19.940	28,76%
Parasitologia	1	19.889	28,69%
Genética	1	17.960	25,90%
Ecologia	1	11.543	16,65%
CP 08/2009	84	3.958.290	23,32%
Ciências da Saúde	58	2.606.658	65,85%
Farmácia	19	1.028.333	39,45%
Saúde Coletiva	9	428.306	16,43%
Enfermagem	13	381.617	14,64%
Medicina	7	278.154	10,67%
Fisioterapia	4	252.972	9,70%
Odontologia	5	189.076	7,25%
Educação Física	1	48.200	1,85%
Ciências Biológicas	19	1.085.422	27,42%
Microbiologia	6	318.600	29,35%
Parasitologia	4	292.173	26,92%

Genética	4	234.279	21,58%
Imunologia	4	195.370	18,00%
Farmacologia	1	45.000	4,15%
Engenharias	3	112.653	2,85%
Engenharia Biomédica	1	55.467	49,24%
Engenharia Elétrica	1	41.210	36,58%
Engenharia Mecânica	1	15.976	14,18%
Ciências Exatas e da Terra	2	87.556	2,21%
Química	1	48.556	55,46%
Ciência da Computação	1	39.000	44,54%
Ciências Agrárias	2	66.001	1,67%
Medicina Veterinária	2	66.001	100,00%
CP 08/2010	22	1.764.727	10,40%
Ciências da Saúde	21	1.680.672	95,24%
Farmácia	12	987.087	58,73%
Medicina	6	505.400	30,07%
Enfermagem	2	136.920	8,15%
Odontologia	1	51.265	3,05%
Ciências Biológicas	1	84.055	4,76%
Microbiologia	1	84.055	100%
CP 25/2006	18	625.104	3,68%
Ciências da Saúde	12	401.222	64,18%
Farmácia	6	205.233	51,15%
Saúde Coletiva	2	73.600	18,34%
Odontologia	1	49.261	12,28%
Educação Física	1	45.513	11,34%
Enfermagem	2	27.615	6,88%
Ciências Agrárias	3	120.720	19,31%
Medicina Veterinária	3	120.720	100,00%
Ciências Biológicas	3	103.162	16,50%
Microbiologia	1	43.000	41,68%
Bioquímica	1	34.800	33,73%
Parasitologia	1	25.362	24,58%

CP 04/2012	19	3.409.226	20,09%
Ciências da Saúde	15	2.733.281	80,17%
Medicina	4	809.230	29,61%
Saúde Coletiva	5	756.947	27,69%
Enfermagem	3	701.579	25,67%
Odontologia	2	393.575	14,40%
Educação Física	1	71.950	2,63%
Ciências Biológicas	2	487.898	14,31%
Microbiologia	2	487.898	100%
Ciências Sociais Aplicadas	1	95.647	2,81%
Administração	1	95.647	100,00%
Ciências Humanas	1	92.400	2,71%
Psicologia	1	92.400	100,00%
Total Geral	262	16.970.651	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Observa-se na Tabela 3 que a Chamada Pública com maior número de projetos e repasse financeiro foi a CP 08/2009, com 84 projetos aprovados com um valor de R\$ 3.958.289, seguida da CP 04/2013, com 57 propostas e um investimento de R\$ 4.758.956 utilizados em pesquisa.

Com relação aos produtos de pesquisa (artigos publicados, livros, capítulos de livros, resumos em eventos científicos, patentes, TCC Especialização e TCC Graduação) e formação de recursos humanos (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica), observou-se um elevado número de publicações científicas pelo aumento e valorização da qualificação em recursos humanos. Em quase duas décadas de Programa PPSUS Paraná, o Estado formou e qualificou 22 pós-doutores, 111 doutores, 274 mestres, produziu 61 Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização, 236 Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, 612 projetos de Iniciação Científica, publicou 1.431 resumos em anais em eventos científicos, 03 livros, 35 capítulos de livros e 568 artigos científicos, devidamente submetidos, aceitos e publicados em revistas nacionais e internacionais e depositou 08 patentes com seus respectivos números de registros.

Tabela 3. Soma de Produtos de Pesquisa por Chamada Pública e Instituição

CP e Instituições	Nº Projetos	Valores (R\$)	Artigos Submetidos, Aceitos e Publicados	Livros	Capítulos de Livros	Resumos em Eventos	Patentes	Pós-Doc	Doutorado	Mestrado	TCC de Especialização	TCC de Graduação	Iniciação Científica
CP 07/2004	12	161.902	11			17				7	2	2	9
PUCPR	1	19.862	1			1							
UEL	3	40.392	2			5				4	1	1	4
UEM	4	47.403	6			5				2			2
UEPG	1	19.940	1			2							
UFPR	2	24.045	1			4				1	1	1	2
UNIOESTE	1	10.260											1
CP 06/2005	31	502.167	68		9	130			3	35	10	8	50
PUCPR	4	49.029	4			4				4	2		6
UEL	5	91.404	21		8	29			1	10	3	3	17
UEM	11	177.219	18		1	67				11	2		7
UEPG	1	14.941											
UFPR	7	117.067	23			23			2	8			13
UNIOESTE	2	39.998				4					3	4	5
UTFPR	1	12.510	2			3				2		1	2
CP 25/2006	18	625.104	11			32			0	0	0	0	0
CPPI	1	42.933											

HPP	1	30.750			0							
UEL	7	256.769	3		22		0	0	0	0	0	0
UEM	6	151.435	2		3			0				0
UEPG	1	49.261	3		7							
UFPR	2	93.956	3				0					
CP 08/2009	84	3.958.289	134	7	501		16	76	25	117	240	
IBMP	4	293.154	3		10		1					3
PUCPR	3	108.241	1		4		1	1				1
UEL	22	958.141	38	4	173		7	24	14	42	89	
UEM	18	815.050	39		94			29	7	13	37	
UEPG	8	383.876	5		44			4	1	9	22	
UFPR	19	1.030.221	33	3	78		4	13	2	35	34	
UNICENTRO	4	137.823	1		17			1		6	9	
UNIOESTE	3	126.440			41				1	8	37	
UTFPR	3	105.343	14		40		3	4		4	8	
CP 08/2010	22	1.764.726	22	1	91	1	1	8	17	6	13	49
UEL	8	680.188	12		50	1		3	5	2	8	24
UEM	6	433.455	5	1	23			2	5	2		6
UEPG	2	125.462	1		2						2	3
UFPR	5	454.622	3		15		1	3	7	2	2	6

UNICENTRO	1	71.000	1			1					1	10	
CP 04/2012	19	3.409.226	39	2	4	140	1		11	37	6	21	74
ICETI	1	259.880	4							5			2
PUCPR	2	211.063	1	1		3				6			3
UEL	7	1.291.605	14	1	1	76	1		10	15	5	10	37
UEM	2	563.820	10			12			1	3	1	2	6
UNICENTRO	4	740.105	2		0	23				2		2	18
UNIFIL	1	116.717				13						3	1
UNIOESTE	1	130.390	5			10				2		4	1
UTFPR	1	95.647	3		3	3				4			6
CP 04/2013	57	4.758.956	218	1	6	409	4	14	55	76	8	66	135
ANPOC	2	103.775	8				1		2	3			5
HPP	2	207.917	18			38		1	6	8	2		7
IBMP	5	561.962	11		2	9		4	5	7			3
PUCPR	1	44.834				7			1				2
UEL	14	1.236.269	55	1	1	70	1	2	15	16	3	17	27
UEM	12	885.081	59			126		1	13	16	1	18	30
UEPG	1	130.512	3			8		1					3
UFPR	10	998.396	29		2	52	2	3	9	12	1	15	27

UNICENTRO	5	203.146	19	1	55				7		6	17	
UNIOESTE	1	86.470	5		25			2	3		3	5	
UTFPR	4	300.594	11		19		2	2	4	1	7	9	
CP 01/2016	19	1.790.275	65	8	111	2	7	18	26	4	9	55	
IBMP	4	407.850	7		7	2	2	2	3			1	
ICETI	2	73.439	5	1	7				2		2	4	
PUCPR	1	168.059											
UEM	3	146.018	19	4	25		2	5	4			10	
UFPR	8	907.640	30	2	57		3	8	13	1	4	33	
UNIOESTE	1	87.270	4	1	15			3	4	3	3	7	
Total Geral	262	16.970.645	568	3	35	1431	8	22	111	274	61	236	612

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A Tabela 3 ainda apresenta o detalhamento dos produtos de pesquisa por Chamada Pública, dando visibilidade às Instituições que apresentaram maiores investimentos em produtos de pesquisa durante os anos. Observa-se que, em 2004 e 2005, a Instituição com maior número de projetos e investimentos foi a UEM, produzindo 04 projetos no valor de R\$ 47.403,00 em 2004 e 11 projetos no valor de R\$ 177.219,00 em 2005. Sua produção científica também foi significativa, com 06 artigos, 05 resumos, 02 dissertações e 02 IC em 2004. Em 2005, 18 artigos, 67 resumos, 11 dissertações e 07 IC, além de 02 TCC de Especialização e 01 capítulo de livro. Em contrapartida, em 2005, a UEL liderou o ranking de publicações, com 21 artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Já em 2006, a UEL se manteve à frente, com 07 projetos aprovados no valor de R\$ 256.769,00, com 03 artigos publicados e 22 resumos em eventos científicos. Não há registros nos RTFs dos demais produtos de pesquisa de 2005. Já em 2009, a Instituição que mais recebeu recurso financeiro para investimento em pesquisa foi a UFPR, com o valor de R\$ 1.030.221,00, com 19 projetos aprovados, seguida da UEL, com 22 propostas e R\$ 958.141,00 em investimentos, com 38 artigos, 04 capítulos de livros e 173 resumos em eventos científicos; além da formação de 07 doutores e 24 mestres, foram registrados também 14 TCCs de Especialização, 42 TCCs de Graduação e 89 projetos de IC. Em 2010 e 2012, a UEL continuou na liderança em termos de investimentos, números de projetos e produção científica, sendo a primeira Instituição paranaense a produzir duas patentes e a formar o primeiro Pós-Doc no Programa PPSUS. Em 2013, a UEL continuou como Instituição com maior repasse financeiro de investimentos em pesquisa, com um total de R\$ 1.236.269,00, com 14 propostas aprovadas, seguida da UFPR, com um total de R\$ 998.396,00, com 11 projetos de pesquisas financiados. Ambas depositaram patentes, sendo 01 da UEL e 02 da UFPR, seguidas da ANPCC, com 01 depósito de patente. A análise da CP 01/2016 é parcial, pois esta CP ainda está vigente: apenas 19 coordenadores entregaram seus RTFs e 56 propostas ainda estão em execução.

A Tabela 4 mostra os status de execução e de aplicabilidade dos projetos PPSUS, demonstrando que 237 (90,80%) foram totalmente executados e apenas 24 (9,20%) foram parcialmente executados. A Tabela deixa clara a aplicabilidade desses projetos no SUS, sendo que, dos 261 projetos analisados, apenas 18 (6,90%) relataram aplicabilidade imediata no SUS após o término das atividades de pesquisa.

Tabela 4. Status quanto à condição de execução e aplicabilidade dos projetos PPSUS, 2021

Condição de Execução	N. Projeto Executado	%
Total	237	90,80%
Parcial	24	9,20%
Total Geral	261	100,00%
Condição de Aplicabilidade	N. Aplicabilidade SUS	%
Não	243	93,10%
Sim	18	6,90%
Total Geral	261	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

DISCUSSÃO

A criação do Sistema Único de Saúde foi determinada pela Constituição Federal de 1988, sendo regulamentado dois anos depois, pelas Leis nº 8.080 de 19/09/90 e nº 8.142 de 28/12/90. Para a eficiência deste Sistema, percebeu-se a necessidade do desdobramento da pesquisa para fortalecer as boas práticas aplicadas à saúde. Este é o elemento norteador do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS), o qual se configura como uma das sábias políticas de Estado que inspirou este artigo, o qual aborda a trajetória histórica da comunidade científica do Estado do Paraná na participação no Programa por meio do fomento público do país.

A escolha em estabelecer uma análise histórica do desempenho deste Programa na esfera de ação da Fundação Araucária, juntamente com os parceiros que integram as ações de fomento e avaliação dos projetos, teve uma justificativa de cunho estratégico. Os inúmeros Programas de fomentos já realizados e em execução por algumas Agências de apoio à pesquisa e inovação têm registrado a dificuldade, ou muitas vezes a ausência, em estabelecer um processo efetivo de registro dos resultados aplicáveis nos projetos fomentados no âmbito dos Programas.

Com certa frequência, percebe-se a atuação eficiente e bem articulada na construção de Programas, de lançamento de Chamadas Públicas, da efetivação de todo o processo de avaliação de projetos e seleção dos que registram maior mérito até a contratação dos projetos selecionados. Essa parte da ação do fomento por parte das agências de apoio tem sido efetiva e suficientemente bem articulada quando comparada com o processo posterior do gerenciamento dos resultados das pesquisas realizadas. Em contrapartida, a etapa de acompanhamento dos resultados tem sofrido

hiatos, devido à ausência de mecanismos adequados para o registro dos resultados de aplicabilidade, o qual se configura como essencial e motivador do fomento disponibilizado.

Os dados apresentados neste estudo apontam para uma riqueza de informações, que demonstram a ativa participação da comunidade científica no Paraná em relação ao PPSUS.

A primeira tabela aponta a consolidação do Programa no Estado, por meio de oito Chamadas Públicas, sendo que se registra uma ação progressiva de participação de pesquisadores. O número de Chamadas Públicas expressa a expectativa atendida junto aos pesquisadores, no que se refere à adesão ao Programa.

A acolhida por parte da comunidade científica em relação ao PPSUS é sublinhada também pelo número de instituições participantes, que em sua trajetória histórica tem registrado uma ampliação de instituições, que chegam hoje a 10 Instituições de Ensino Superior e 04 Centros de Pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 2.

A equidade do Programa permite também constatar, conforme a Tabela 2, a participação da maioria das áreas do conhecimento (Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Ciências Agrárias; Ciências Humanas; Engenharias; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais Aplicadas), de acordo com a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES, resguardando a afinidade ao tema, o que define maior ou menor percentual de projetos aprovados. Isso permite lançar um olhar da perspectiva da construção de uma rede não apenas de envolvimento de pesquisadores de várias instituições, mas também da possibilidade de uma ação de envolvimento das diversas áreas do conhecimento, tendo a qualidade de saúde por meio da ciência o eixo de interlocução que define temas que perpassam as mais diversas áreas do conhecimento.

A Tabela 4 aponta para a formação de pesquisadores e dos produtos resultantes dos inúmeros projetos executados e o empenho dos pesquisadores em atenderem às proposições apresentadas em seus respectivos trabalhos investigativos. Trata-se de uma demanda de resultados expressivos que se configura como resultado das ações realizadas dentro do universo acadêmico.

Na Tabela 5, é demonstrado que, embora mais de 90% dos projetos realizados no Paraná já tenham sido concluídos, surpreende o baixo status quanto à aplicabilidade, que não ultrapassa o índice de 7%. Isso aponta a necessidade de

readequação do Programa, considerando que o objetivo norteador do PPSUS é a produção de pesquisas que sejam aplicáveis e impactantes na qualidade do Sistema.

O baixo índice do status de aplicabilidade dos resultados dos projetos do PPSUS carece de uma análise mais pontual, considerando que, do universo de projetos aprovados, o quesito de aplicação possa não ter sido o principal elemento norteador da aprovação; trata-se de um critério avaliativo importante que compõe o Programa.

A questão apontada no parágrafo anterior exige uma contextualização mais ampla em relação à ciência e à saúde no Brasil. Ao considerar as ações e políticas de fomento à pesquisa em saúde no Brasil, referencia-se a pertinente análise da capacidade instalada de pesquisa em saúde no país, bem como a questão do financiamento e política de ciência e tecnologia em saúde, abordadas na obra *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. No texto, os autores remetem a uma reflexão feita sobre “qual o lugar do conhecimento científico e tecnológico na sustentação teórica e técnica das intervenções médico-sanitárias específicas na determinação do estado de saúde das populações humanas”⁹. A abordagem registra que,

[...] a partir da segunda metade do século XX e em velocidades crescentes, as intervenções médico-sanitárias efetivas dirigidas à saúde dos humanos estão impregnadas de quantidades cada vez maiores de conhecimento científico e de tecnologias diretamente dele decorrentes. É por esta razão que os temas vinculados à ciência e à tecnologia ocupam um espaço crescente na organização dos sistemas nacionais de saúde. Daí a relevância de se conhecer a dinâmica da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico para a saúde no Brasil e no mundo. (GIOVANELLA, 2012. p. 360)

Na análise epistemológica das ciências, observamos que pensar a ciência e a saúde é, dos pensamentos, um dos mais salutares. Pensar a vida é dar a ela a possibilidade de maior plenitude. Historicamente, a morte parece ter sido mais objeto da ciência do que a vida! Das revoluções, as que foram armadas detiveram mais parcelas de orçamentos, em investimentos bélicos, do que as que primaram pela mudança de cultura, com mais assertivas em mentes do que em alvos de corpos humanos. A ciência tem acompanhado as prioridades que o poder político tem definido como estratégicas. Algumas vezes de forma sábia. Mas nem sempre assim tem sido. A criação do Sistema Único de Saúde, implantado no final do século passado, e o desdobramento da pesquisa para fortalecer as boas práticas desse sistema, que é o elemento norteador do PPSUS, é uma das sábias políticas de Estado, em que se inspira este artigo, o qual aborda a trajetória histórica da comunidade

científica do Estado do Paraná na participação no programa por meio do fomento público do país (MS/Dedit/CNPq) e do Estado (SESA/SETI/FA).

Os autores apontam para a fragilidade da relação da ciência e tecnologia como um elemento constituinte e essencial de política de saúde.

Para refletir o movimento de aproximação entre a política de pesquisa em saúde e as políticas de saúde tem sido observado em todo o mundo, especialmente nos países desenvolvidos. O Brasil, embora tenha tradição de pesquisa em saúde, ainda não conseguiu concretizar a ideia de que a política de C&T em saúde deve ser um componente da política de saúde, como deliberado na 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde. Refletindo sobre essa questão, identifique pelo menos um determinante que possibilite concretizar esse processo de aproximação em nosso país. (GIOVANELLA, 2012. p. 373).

No olhar epistemológico e histórico dos autores, é possível constatar que as ações de pesquisas que contemplam o PPSUS configuram-se, ao seu tempo, como desdobramento do que foi definido pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde. “Esta agenda resultou da pactuação entre pesquisadores, gestores, prestadores de serviços e usuários do SUS. Uma versão final foi aprovada pelo plenário da 2ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em Brasília em 2004”¹⁰.

Na abordagem histórica, a obra registra que,

[...] passados alguns anos, as prioridades de pesquisa em saúde devem ser revisadas para continuar a orientar as ações de fomento em pesquisa de acordo com as necessidades do SUS. Assim, foi iniciado o processo de revisão da agenda de prioridades, orientado por um comitê consultivo da ANPPS, proposto pelo Ministério da Saúde em fins de 2009”. A crítica dos autores aponta que “todas as ações implementadas no contexto da ANPPS voltam-se para a construção de uma relação estreita entre o sistema de saúde e o campo da ciência e tecnologia, viabilizando a articulação entre os que demandam, fomentam, executam e utilizam o conhecimento em saúde. No início deste século, o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde no país ainda refletia um quadro de articulação incipiente entre o Sistema de Saúde e o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o que não contribuía para a aplicação dos resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento no atendimento às demandas do SUS e aos propósitos da Política Nacional de Saúde. Para mudar esse quadro, nada mais assertivo que trazer o Ministério da Saúde para o centro das ações de pesquisa. Duas razões justificam esse foco: aproximar as agendas de pesquisa em saúde das políticas públicas de saúde e carrear mais recursos financeiros para a pesquisa em saúde. A partir de 2004, intensificou-se o papel indutor do Ministério da Saúde no que toca à ciência e tecnologia e inovação em saúde, nos marcos da ANPPS. (GIOVANELLA, 2012. p. 374-375).

Nesta trajetória histórica em que se fundamenta a crítica dos autores é que se registra a implantação do PPSUS como um programa que, com o envolvimento do fomento público, tanto da União como dos Estados, por meio das fundações estaduais

de apoio a pesquisas, é que o objetivo deste artigo busca dar visibilidade às ações de pesquisas em saúde aplicadas ao Sistema Único de Saúde.

No artigo de Erica Ell e Colaboradores⁸, ao apresentar as contribuições para a ciência, tecnologia e inovação em saúde no Estado do Paraná, a investigação destaca:

a aplicabilidade dos resultados das pesquisas no SUS focou a possibilidade de disponibilizar propostas alternativas e/ou melhorias para o apoio terapêutico na assistência à saúde, gerar conhecimento para compreender o processo saúde-doença e subsidiar a formulação das políticas/ programas/estratégias e a tomada de decisão. O aumento do aporte de recursos financeiros e do número de projetos de pesquisa financiados indica a ampliação do Programa no estado e os resultados dos estudos apresentam potencial para contribuir para diversas esferas do setor saúde, da assistência à gestão. (ELL, 2016. p. 65-74).

Essa abordagem aponta para a perspectiva do bom funcionamento do Programa, pelo potencial de contribuição que se expressa pelo aporte de recursos e número de projetos financiados. A questão que se coloca é quando a qualificação do programa em relação à aplicação dos resultados, que se configura como elemento central e preocupante desta abordagem que ora se apresenta.

A aplicabilidade do projeto de pesquisa dentro do contexto do Programa PPSUS consiste fundamentalmente da incorporação por parte da saúde pública dos resultados que a pesquisa apresentou, seja na sua aplicabilidade local ou regional ou no âmbito nacional que possa qualificar a atuação no SUS. O referencial da aplicabilidade também contempla a atuação extensionista da pesquisa.

Na tese da pesquisadora Lilian Rose Peters¹¹, ao investigar o PPSUS como ferramenta de descentralização do fomento à pesquisa em saúde, ela concentra sua análise nas primeiras edições do PPSUS. Sua pesquisa aponta, em suas conclusões, que um dos pontos fortes do Programa é que a descentralização desencadeia um processo que permite a emergência e organização de emergências locais, o que não aconteceria se o Programa ficasse apenas concentrado na iniciativa da esfera do governo central.

A pesquisadora¹¹ constata que a iniciativa da descentralização, que é fundamental para o bom andamento e resultado do Programa, refletiu nos tipos de pesquisas desenvolvidas, o que envolveu pesquisadores, Fundações de Apoio e as próprias Secretarias Estaduais de Saúde. A dinâmica da descentralização é fundamental para a conquista de resultados positivos, seja no âmbito local, regional e até mesmo nacional. No contexto do Programa no Estado do Paraná, é possível

registrar que os resultados das pesquisas financiadas carecem de uma ação de maior aplicação, uma vez que a política de descentralização se configura como práxis da execução do PPSUS.

Em decorrência da necessidade de uma melhor percepção dos resultados apresentados por cada um dos pesquisadores em todas as edições do PPSUS, a Fundação Araucária propõe uma nova ação de contato com todos os coordenadores/pesquisadores envolvidos nos projetos PPSUS, com o objetivo de identificar o estado da pesquisa e da prospecção de aplicabilidade que ela possa apresentar, embora esteja por algum tempo estacionada, não em termos de pesquisa, mas da aplicação que ela possa ter, abrindo o canal de comunicação com gestores e órgãos responsáveis, na tentativa de promover a aplicabilidade desses resultados no Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa permite incorporar a contribuição à memória histórica do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS), possibilitando a percepção de um distanciamento entre as ações integradas do Sistema Único de Saúde e a observação da situação real do sistema de saúde do Estado do Paraná, no que se refere à pesquisa oferecida para o SUS.

Constatamos, na leitura dos Relatórios, o registro de inúmeros pesquisadores relatando suas percepções de quanto o Programa contribuiu para aumentar o conhecimento científico, tecnológico e de inovação no Estado. Proporcionou a inter-relação de diversas áreas profissionais, com suas especialidades, numa abordagem multidisciplinar, acrescentando um rol de competências e habilidades dos pesquisadores envolvidos. Possibilitou o fortalecimento das relações de cooperação entre instituições/institutos de ensino e pesquisa com os órgãos de saúde, com um maior entendimento quanto aos temas prioritários de saúde para o Estado do Paraná. Permitiu a avaliação dos impactos das condições de saúde na qualidade dos agentes envolvidos, melhorando a infraestrutura em pesquisa e a consolidação de linhas de pesquisa, a interação dos programas de pós-graduação, instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, aumentando, assim, a produção científica e a formação de recursos humanos, possibilitando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

O olhar histórico do Programa PPSUS, a partir dos dados registrados nos relatórios técnicos dos pesquisadores, configurou-se como um elemento norteador das primeiras análises quantitativas das ações do Programa no Estado. Faz parte da essência científica a dinamicidade do saber, o qual não se restringe apenas aos relatórios, mas na própria ação do pesquisador que, ao investigar seu objeto de estudo, permite vislumbrar possibilidades de avanço científico e de intensificação da pesquisa, que outrora não tenha permitido dar visibilidade.

Este artigo, a partir dos dados aqui registrados, gerou na Fundação Araucária a necessidade da continuidade dessa análise avaliativa descritiva exploratória, com o intuito de buscar nas mesmas bases de dados elementos que respondam quanti e qualitativamente, tanto a inquietação inicial da Fundação como do próprio Programa PPSUS, quais foram as dificuldades que impossibilitaram a aplicação e a incorporação imediata dos resultados obtidos nessas pesquisas.

Essa inquietação supõe a continuidade desse olhar retrospectivo investigativo com o objetivo de avaliar outros resultados, que não se limitam apenas às informações registradas nos Relatórios Técnicos Finais (RTFs), mas também das dificuldades reais encontradas por esses pesquisadores quando da impossibilidade da aplicabilidade e incorporação dos resultados obtidos de suas pesquisas no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Matriz Combinada: um instrumento para definição de prioridades de pesquisa em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 87 p. – (Série D. Reuniões e Conferências). Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/614/1/Matriz_Combinada_final.pdf
2. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Seleção de prioridades de pesquisa em saúde: guia PPSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 74 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/selecao_prioridades_pesquisa_saude_ppsus.pdf

3. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – Diretrizes Técnicas / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 64 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/ct/PDF/livro_diretrizes_PPSUS_2014.pdf
4. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde - APPMS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 26 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf
5. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde: diretrizes técnicas [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 62 p.: il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_pesquisa_sus_gestao_compartilhada_%206.ed.pdf
6. Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná [Internet]. [citado em 2021 Out 15]. Disponível em: <http://www.fappr.pr.gov.br/>
7. Bortoli MC, Moraes LFS, Motta ML. Programa de pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde e o Estado de São Paulo. Boletim do Instituto de Saúde 2011; 13(1): 05-11. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/download/33655/32476>
8. Eil E, Batista CJ, Junior JE dos S, Junior AB, Frattini NAC, Sachetti CG, Almeida MJ de. Programa pesquisa para o SUS(PPSUS): contribuições para a ciência, tecnologia e inovação em saúde no Estado do Paraná. Espac. Saude [Internet]. 23º de novembro de 2016 [citado 25º de julho de 2022];17(1):65-74. Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosauade/article/view/370>
9. Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI. Políticas e sistema de saúde no Brasil [Internet]. Editora FIOCRUZ; 2012 [cited 2022 Jul 25]. Available from: <https://books.scielo.org/id/c5nm2>
10. 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, Brasília, 25 a 28 de julho de 2004 / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 164 p.:il.– (Série D. Reuniões e

Conferências) ISBN 85-334-0796-3. Disponível em:
<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2CNCTISfinal.pdf>

11. Peters LR. O Programa Pesquisa para o Sus: gestão compartilhada em saúde - PPSUS como ferramenta de descentralização do fomento à pesquisa em saúde [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2013 [citado 2022-07-25]. doi: <https://doi.org/10.11606/T.6.2013.tde-14082014-131103>

RECEBIDO: 15/12/2021
ACEITO: 09/06/2022